

# O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DAS PRÁTICAS ESCOLARES

Francisco Jeovane do Nascimento [\*]

Rita de Cássia do Nascimento [\*\*]

Maria Socorro Lucena Lima [\*\*\*]

---

[\*] Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Universidade Estadual do Ceará (UECE) / Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC/CE).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9753-724X>

E-mail: [jeonasc@hotmail.com](mailto:jeonasc@hotmail.com)

[\*\*] Graduanda em Letras pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC/CE).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2613-1987>

E-mail: [cassia.eeep@gmail.com](mailto:cassia.eeep@gmail.com)

[\*\*\*] Pós- Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP (2001). Integrante do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Universidade Estadual Estadual - UECE, na linha Formação, Didática e Trabalho Docente.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6600-1194>

E-mail: [azeriche@hotmail.com](mailto:azeriche@hotmail.com)

## RESUMO

O presente trabalho objetiva evidenciar a importância da construção e consolidação das ações contidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) para o melhor desenvolvimento das atividades escolares, tendo como meta a formação de cidadãos críticos e reflexivos, contribuindo, desse modo, com as transformações sociais. O estudo está ancorado na abordagem qualitativa, por intermédio da pesquisa bibliográfica, embasado em autores que apresentam um posicionamento dialógico e apontam caminhos possíveis para a construção do PPP, sendo que este vai além de um simples documento, devendo constar as ações a serem colocadas em prática pelos agentes que compõem o meio escolar, objetivando a qualidade permanente da educação, uma vez que o foco principal do PPP deve ser o ensino e a aprendizagem. Enfatizamos a construção coletiva do projeto, no sentido de envolver toda a comunidade e fazê-la refletir sobre o quanto se torna necessário e imprescindível tornar-se parte desse processo, enquanto sujeito consciente e responsável por tomar para si um desafio que busca tornar a sociedade um espaço mais igualitário, promotor de uma educação inclusiva, democrática, cidadã e, acima de tudo, de qualidade.

**Palavras-chave:** Participação coletiva. Projeto Político Pedagógico. Ensino-aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é oriundo de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, realizada como ação inerente a formação realizada no âmbito da especialização em Gestão Escolar, Supervisão e Coordenação pedagógica, em uma universidade do interior cearense. Objetivamos evidenciar a importância da construção e concretização das ações contidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) para o melhor desenvolvimento das atividades escolares, tendo como meta a formação de cidadãos críticos e reflexivos, contribuindo, desse modo, com as transformações do meio social.

A investigação discorre sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), fazendo um estudo cronológico do histórico de implantação deste, desde os primórdios até sua consolidação, embasado em documentos como a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (2014 - 2024), instrumentos orientadores à construção do mesmo.

Em relação ao período temporal, a escolha está embasada na promulgação da constituição federal vigente, lei fundamental e suprema brasileira, que serve de parâmetro para todos os documentos normativos nacionais, subsidiando a instituição de preceitos legislatórios voltados à educação. Por sua vez, a primazia por tais documentos remete as suas contribuições na apreensão do processo histórico de implementação e orientação na construção do PPP, explicitando a importância das escolas e de seus sujeitos discutirem o contexto escolar numa perspectiva coletiva e emancipatória.

Será abordada, ainda, a escola enquanto espaço democrático, ou seja, um ambiente em que todos os envolvidos no processo compreendam que, para que o PPP seja delineado de maneira exitosa é necessário o engajamento de todos as representações da comunidade escolar para o estabelecimento de metas, objetivos e caminhos a serem seguidos.

Também serão enumerados os princípios orientadores do Projeto, o PPP no contexto pedagógico da instituição escolar, o documento como alicerce para a construção de uma escola democrática e algumas orientações (roteiro) para a elaboração do mesmo. Como princípio orientador do fazer escolar, o mesmo traz como estímulo e motivação a transformação das escolas, a partir do desafio de se construir enquanto fazer coletivo.

Como principais subsídios teóricos, utilizamos os estudos de Libâneo (2004); Veiga

(2002); Libâneo, Oliveira e Toschi (2003); Vasconcellos (2009) e Padilha (2017), uma vez que tais pesquisadores possuem investigações sistematizadas e delineiam uma trajetória investigativa que discorre sobre o objeto de estudo explorado, contribuindo na apreensão de elementos e fatores atinentes a pesquisa realizada.

## **METODOLOGIA**

A investigação, no âmbito educacional, não se reduz apenas ao enfoque aplicacionista de métodos e técnicas, em um viés de adequação as tendências consagradas no contexto científico acadêmico, mas apresentam-se, também, como instrumentos de análise filosófica/epistemológica, apresentando contribuições no desenvolvimento da pesquisa educativa, propiciando a apreensão complexa do objeto de estudo investigado (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012).

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, que conforme Lima e Miotto (2007) pode se constituir como um elemento potencializador de evidências de novos e relevantes conhecimentos sobre um determinado objeto de estudo, quando delineada com embasamento no rigor científico e ética profissional, superando um pensamento reducionista de mera descrição dos fatos relativos ao estudo, sob o risco de conduzir o pesquisador a constatações óbvias ou produção/sistematização de conhecimentos e saberes oriundos do senso comum.

Nesse sentido, importa a preparação prévia do pesquisador, buscando atentar para aspectos e fatores que o conduzam na trajetória investigativa, em que as experiências vivenciadas, por intermédio das dúvidas e incertezas provenientes do percurso da pesquisa, possam se constituir como momentos de aprendizagem na arte de investigar e perscrutar.

A pesquisa está ancorada na abordagem qualitativa, em que o enfoque remete ao processo e a sua significação, objetivando o entendimento do objeto de estudo, desvelando fatores que potencializem interpretações nos modos de ver e entender a realidade. Expõe-se a importância embasadora teórica que possa subsidiar e ancorar a trajetória de pesquisa, servindo de auxílio em momentos de dúvidas e incertezas (CHIZZOTTI, 2014).

Para o presente estudo, utilizamos como instrumento de coleta de dados o exame documental, remetendo a preceitos legislatórios que discorrem sobre o PPP, bem como a

autores que possam fundamentar e promover um processo reflexivo sobre a questão em pauta, em que compreende-se que a pesquisa bibliográfica pode lançar luzes sobre esta reflexão.

## **PERCURSO HISTÓRICO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA RELEVÂNCIA PARA O PROCESSO DEMOCRÁTICO EDUCACIONAL**

De acordo com o Minidicionário Aurélio (2001, p. 561) projeto significa atirar a distância, lançar de si, o que planejamos fazer. Etimologicamente, esse termo vem do latim *projectu* e significa lançar para adiante, plano, intento, desígnio.

Nesse sentido, partindo da reflexão sobre a etimologia do termo em questão e traçando um paralelo com o universo educacional, pensar a escola enquanto espaço de formação é pensar num ambiente que planeja aquilo que tem intenção de realizar, organiza seu trabalho pedagógico pensando no aluno que tem e em que tipo de cidadão pretende transformá-lo, assume responsabilidades e reflete acerca de suas ações transformando a escola num lugar de realização plena do fazer educativo.

Por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9394/96), através de seu artigo 15, em que está explicitado o seguinte: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (BRASIL, 1996, p. 6), foi concedido à escola possibilidades de instauração de ambientes pautados por princípios autônomos, no que concerne a questões pedagógicas, administrativas e de gestão financeira. Em virtude disso, permitiu-se a instituição escolar elaborar seus planos de trabalho, definir seus rumos e planejar suas atividades de modo a responder as expectativas da comunidade em que está inserida.

Assim, todas as ações propostas para a construção da realidade que se deseja alcançar, devem ser discutidas, planejadas e consolidadas em um importante documento denominado Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica, Projeto Pedagógico Curricular ou simplesmente Projeto Pedagógico. Todas essas expressões citadas apresentam o mesmo sentido de orientar, direcionar uma ideia, refletir sobre um processo pedagógico alicerçado em ações presentes com vistas à formação do educando para o exercício da cidadania e consciência crítica.

Libâneo (2004) define o PPP como o documento que descreve e caracteriza objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola, pois expressa a cultura desta, imbuída de aspectos ideológicos, princípios morais, significações, questões reflexivas e tomada de decisões das pessoas que participam da sua elaboração. Para tanto, é imprescindível que o projeto contemple ações e métodos adequados às necessidades e realidade de seu público alvo.

Veiga (2002, p. 13) complementa, afirmando que

[...] todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

No Brasil, o Projeto Político Pedagógico surgiu em meados de 1980 após um longo período de ditadura, época em que o planejamento educacional era padronizado para todo o país, centralizado e cheio de obrigações que faziam das escolas meras cumpridoras da legislação vigente. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a luta pela gestão democrática da escola pública se concretizou, como uma forma de reação à política de centralização até então existente. Desse modo, a Constituição Federal conferiu notoriedade ao princípio da gestão democrática na escola pública e abriu caminho para a construção de um conjunto de orientações relativas ao planejamento e execuções de ações e a consolidação de formas colegiadas.

É importante salientar, também, que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), assegura, legalmente, à escola a autoridade pela elaboração e execução de sua proposta pedagógica (art 12 – I) e aos docentes participarem da sua construção (art. 13 – I), como se pode verificar no trecho a seguir

Artigo 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de: I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica. Artigo 13 – Os docentes incumbir-se-ão de: I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (BRASIL 1996, p.5).

O Plano Nacional de Educação (PNE – decênio 2014-2024), através da lei nº 13.005/2014 fixa, também, como uma de suas diretrizes a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública” (Art. 2 – VI, p.32). Em razão disso, todos os sistemas de ensino necessitaram se reorganizarem, em adequação a legislação vigente, de forma a promover um novo modelo educativo que responda as demandas sociais, impactadas e influenciadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

Em consequência disso, há que se considerar que o Projeto Político Pedagógico deve trazer na sua intencionalidade marcas atinentes aos modos de ver e entender a realidade social, aspectos humanizadores e educacionais dos gestores das políticas públicas, dos gestores escolares, dos educadores, da comunidade escolar de um modo geral, em consonância com os anseios e interesses de seus integrantes.

Segundo Veiga (2002) ao construir o Projeto Político Pedagógico das escolas, é necessário ter foco sobre o que as instituições têm como intenção de realizar, elencando princípios e métodos que subsidiarão a ação educativa, com vistas a intenções futuras. Nessa perspectiva, o PPP representa uma direção, um rumo a ser traçado, um compromisso com a mudança educacional enquanto sinônimo de melhoria e qualidade.

Vale ressaltar que este projeto é uma proposta que vem para compor e construir uma gestão democrática, apoiada em uma proposta de quebra de paradigma centralizado e sem compromisso com o social. Vasconcellos (2009, p. 15) esclarece e confirma essa concepção ao afirmar que

É praticamente impossível mudar a prática de sala de aula sem vinculá-la a uma proposta conjunta da escola, a uma leitura da realidade, à filosofia educacional, às concepções de pessoas, sociedade, currículo, planejamento, disciplina, a um leque de ações e intervenções e interações.

Por isso, o Projeto Político Pedagógico, enquanto instrumento orientador do fazer escolar deve conter objetivos, metas e ações que tragam, implicitamente, reflexões aprofundadas sobre a finalidade da instituição, sua função social e as escolhas teórico-metodológicas da sua trajetória cotidiana, partindo de ações necessárias à concepção transformadora da realidade, objetivando alterações nas práticas conservadoras e tradicionalistas que vigoram no sistema público de ensino. Essas ações devem ser

desenvolvidas pela escola e alicerçadas na busca pela qualidade do ensino e melhoria dos resultados de aprendizagem, tendo como meta a formação de indivíduos críticos e atuantes no meio social.

O documento deve funcionar como um guia na melhoria da qualidade do ensino, o qual Veiga (2002, p. 56) esclarece que “(...) o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação, que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar”.

Diante do exposto, há que se considerar que muitas instituições constroem um projeto, unicamente com o propósito de cumprir determinações estipuladas por organismos superiores, produzindo um documento que ficará inerte e nunca será utilizado como parâmetro orientador de melhorias nas práticas escolares, tornando-se apenas um elemento burocrático sem relações com o contexto escolar e social onde foi concebido. Todavia, é preciso pensá-lo e criá-lo como um instrumento democrático que colabora de forma direta com a qualidade permanente da educação.

### **O processo de construção e implantação do projeto político pedagógico**

Segundo Freire (2002, p. 30) “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. (...) Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”. Partindo desse pressuposto, deve-se atentar que o Projeto Político Pedagógico se constitui como marco referencial no âmbito da ação educativa e vem para provocar profundas mudanças no cenário educacional. E, por isso, sua elaboração requer o engajamento participativo de todos que compõem a comunidade escolar.

No entanto, é importante salientar que, não é apenas com propostas idealizadoras e voluntarismo que se elabora um projeto com essas dimensões. É necessário um trabalho de conscientização de que o mesmo deve ser a expressão de um desejo coletivo; articular e construir espaços participativos com propostas e um trabalho organizado coletivamente com vistas a produzir um projeto que explicita não somente o que a escola é na contemporaneidade, mas também evidencie caminhos acerca das pretensões futuras. Que seja um momento que estimule a instituição a buscar mudanças com foco em um processo formativo educacional e cultural qualitativo para todos os indivíduos que frequentam a escola

pública.

Ademais é papel da escola fazer com que todos (gestores, professores, pais, alunos, funcionários e sociedade) sintam-se corresponsáveis no sentido de ressignificar as ações a serem executadas no âmbito escolar com foco na melhoria do processo de ensino/aprendizagem e, conseqüentemente, dos resultados educacionais.

Para isso, é imprescindível que na construção do Projeto Político Pedagógico seja oportunizado a todos os membros a exposição dos seus propósitos, propor ações e planejar caminhos viáveis à melhoria da atuação escolar. Não esquecendo que, faz-se necessário considerar questões práticas e os anseios da comunidade escolar, bem como as orientações legislatórias nacionais, questões atinentes ao currículo, conjunto de normas, regulamentos e procedimentos metodológicos do sistema de ensino no qual a escola se insere.

Freitas (2004, p. 69) enfatiza que

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para mandar para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma, sob o olhar atento do poder público.

O PPP pode se constituir como um instrumento que contribui na implantação de uma escola democrática, possibilitando autonomia e construção/delineamento da sua própria identidade. Significa pois, resgatar-se enquanto espaço público de fato, local de debate e diálogo embasado na reflexão coletiva e em consonância com os interesses de sua comunidade.

É importante que toda a comunidade escolar entenda que sua participação é que trará essa autonomia e possibilidades democráticas nas relações de poder no interior da escola.

[...] Como disseminação das práticas de gestão participativa, foi-se consolidando o entendimento de que o PPP deveria ser pensado, discutido e formulado coletivamente, também como forma de construção da autonomia da escola, por meio do qual toda a equipe é envolvida nos processos de tomada de decisões sobre aspectos da organização escolar e pedagógico – curriculares. (LIBÂNEO; OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p.357).

Portanto, é imprescindível e necessário conscientizar a comunidade da relevância de



sua participação e o quanto são importantes e indispensáveis dentro desse processo. É preciso que se sintam parte das discussões, reflexões e tomadas de decisões, pois só assim a escola cumprirá o seu papel dando oportunidade para que todos reflitam, sobre mudanças e apontem caminhos possíveis, partindo das vivências e da realidade dos envolvidos.

Por isso, é preciso engajamento, empenho e dedicação nos processos sociais visando promover os resultados desejáveis. Vejamos o fragmento a seguir

A participação é uma resposta a um dos anseios mais fundamentais do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Todavia, a participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário e não apenas as aparências [...] (VASCONCELLOS, 2009, p. 24-25).

Não é uma tarefa simples envolver toda a comunidade escolar, mas cabe à gestão promover um clima institucional saudável que desperte em todos o compromisso e a corresponsabilidade em melhorar as condições do ambiente escolar, com intuito de formar pessoas com senso crítico e que darão continuidade ao processo de intervenção e de contribuição com o desenvolvimento escolar e social.

Portanto, a escola precisa mobilizar a comunidade a interagir e participar, e poderá fazer isso, através de um conjunto de ações articuladas entre si, como por exemplo: Elaborar uma carta convite com explicações sobre o PPP, elaborar um jornal ou livreto sobre o PPP, realizar seminários e/ou palestras, trocar experiências com outras escolas que já tenham elaborado seu projeto, planejar ações culturais centradas na participação democrática na escola e na construção do projeto, promover debates em sala de aula, dentre outros.

Acreditar na mudança é fundamental para a concretização das ações e alcance dos objetivos e resultados que se almeja. E para isso, é importante persuadir o outro a colaborar e vivenciar o coletivo, a construir algo que possibilite transformações na realidade da escola e, por conseguinte, na sociedade.

Por sua vez, pensar o Projeto Político Pedagógico é pensar o plano global da escola e na sistematização de seus ideais. É enfatizar o planejamento participativo evidenciando que o documento precisa ser revisado sempre e deve estar em constante construção, pois segundo Vasconcellos (2009) é na trajetória cotidiana que a escola vai construindo e consolidando a sua identidade.

Sobre o assunto, Veiga (2002) afirma que as instituições escolares possuem uma finalidade social e que o seu PPP precisa olhar com atenção para as especificidades do contexto em que está inserida, objetivando o planejamento e execução de ações que possam impactar, também, na vida cotidiana dos estudantes.

### **O projeto político pedagógico no contexto pedagógico da instituição escolar**

A escola do século XXI, inserida numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, determinada pelo processo de globalização e o pluralismo cultural, precisa questionar-se sobre o seu papel como instituição que deseja tornar-se autônoma, participativa, cidadã e espaço marcado pela diversidade.

Pensar o Projeto Político Pedagógico enquanto sinônimo de uma escola que atua a serviço de um grupo plural é não deixar à revelia suas metas, seus objetivos e ideais. Em virtude disso, é importante que fique claro que a escola sendo uma instituição educacional, um espaço de troca e busca de conhecimento, sua razão de ser precisa estar intimamente ligada ao termo pedagógico, haja vista que são nas ações cotidianas que a instituição escolar põe em evidência a sua finalidade e cumpre seu propósito maior que é ensinar e formar o ser humano na sua totalidade.

O termo pedagógico é inerente ao fazer escolar e está inserido em um amplo contexto voltado para o ensino e a aprendizagem. É nesse enfoque que o projeto é concebido e experienciado todos os momentos. É preciso pensá-lo a partir de dois níveis, na estruturação da unidade escolar como um todo e da sala de aula em particular; sempre focando no bom desempenho do professor e na efetiva aprendizagem do aluno. Encontramos em Padilha (2017, p. 101) a seguinte argumentação

Por isso defendemos a construção do Projeto Político Pedagógico da escola, alicerçado na relação pedagógica que se estabelece desde a sala de aula, fundamentada na dialogicidade sensível, crítica, reflexiva, criativa [...] Dessa forma, possibilitamos aos sujeitos do processo pedagógico espaços de convivência e descoberta dos caminhos a serem trilhados para que aprendam não só a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser [...].

Ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas conceber possibilidades para a

geração de novos saberes (FREIRE, 2002). Daí a importância de o Projeto Político Pedagógico, dentro da sua dimensão pedagógica, levar a reflexões e direcionamentos sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Por conseguinte, o foco básico do PPP, que é o ensino e a aprendizagem carece estar em consonância com a elaboração do currículo, do planejamento, da definição de procedimentos didático-metodológicos que serão desenvolvidos por todos os atores inseridos no processo educativo; além de incluir sua relação com o contexto social, na busca pela sistematização de um trabalho pedagógico que preserve a visão da totalidade, ao mesmo tempo, em que deverá direcionar e subsidiar o trabalho docente na dinâmica cotidiana da sala de aula.

Isso significa que é na corresponsabilidade e no fortalecimento das ações coletivas, que parte de uma prática social comprometida e alicerçada no domínio das bases teórico-metodológicas, que a escola conseguirá concretizar suas concepções. Para isso, deve estimular inovações e coordenar ações pedagógicas planejadas pelos seus pares. A escola, também, precisa proporcionar situações que permitam à equipe aprendizados atinentes ao planejamento e concepção do fazer pedagógico em consonância com as suas reais necessidades. Com esta compreensão, o PPP afirma sua razão de ser e traça caminhos para que se obtenha sucesso.

### **O projeto político pedagógico e os princípios educacionais que o norteiam**

Caracterizando, ainda, a dimensão pedagógica do PPP é importante reconhecer e atender aos seus princípios orientadores que irão fortalecer e consolidar a escola “democrática, pública e gratuita”, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Cap. III, art. 206 – IV) e consolidado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9694/96). (Art. 3º - VI).

Na visão de Veiga (2002) esses princípios seriam basicamente:

I - Igualdade de condições para acesso e permanência, com sucesso, na escola.

A efetivação democrática pressupõe que o processo educacional oportunize a todos os indivíduos condições de obtenção de sucesso na trajetória escolar, em que as políticas públicas corroborem com o trabalho dos professores e das escolas (SAVIANI, 2003).

Mais do que expandir a quantidade de vagas ofertadas, a escola precisa ampliar o seu

atendimento com equidade, concomitante com a manutenção da qualidade e da igualdade de oportunidade para todos, respeitando e cumprindo o que frisa a própria LDB (9394/96) “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” (Art. 3 – I).

## II - Qualidade social para todos.

A escola de qualidade tem como definição o tipo de cidadão que quer formar para que atue na sociedade, com capacidade de transformação do meio social em que vive. Para isso, deve garantir que todos tenham acesso à educação, apresentem desempenho satisfatório, desenvolvam sua consciência crítica, capacidade de agir e desejo de mudança. E o mais imprescindível para que tudo isso ocorra: a escola deve combater as formas possíveis de repetência e evasão.

Patto (2015) já evidenciava a necessidade relativa a busca por estratégias para que as instituições escolares enfrentem a evasão e o fracasso escolar, em que o cotidiano se constitua como um elemento problematizador da realidade, na premissa de análise de fatores e elementos que contribuam em tais entraves ao trabalho das escolas.

Deste modo, cumprir essa premissa, pressupõe a elaboração de ações que perpassam o PPP da instituição escolar, enfocando que a qualidade do processo escolar deve estar arraigada, no princípio de que é necessário eleger parâmetros e diretrizes, metas e ações voltadas para uma escola inclusiva, direcionada à participação social, democrática e com foco em uma cultura de respeito às diferenças e superação das desigualdades sociais.

## III - Gestão democrática.

Esse princípio está estabelecido na Constituição Federal de 1988 (art. 206, VI), fixado entre as dez diretrizes do Plano Nacional de Educação (art. 2º, VI), consolidado na LDB (Art. 3º - VIII e apresenta-se no contexto escolar como sinônimo de um espaço comunitário com ampla participação dos diversos segmentos, visto que a identidade da instituição escolar se constrói na relação dialógica entre seus distintos membros, enfrentando as dificuldades e superando as divergências, democratizando o poder de decisão, alicerçado em uma administração participativa, de forma que as reflexões coletivas sejam uma prática constante.

Desse modo, o PPP veio para contribuir com a consolidação da gestão democrática da escola, através de um processo participativo do planejamento. Uma vez que, trata-se de um documento para intervir e transformar a realidade de forma organizada e integrada às atividades práticas da instituição.

Vejamos o que diz a LDB (9394/96) em seu artigo 14.

Art.14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. (BRASIL, 1996).

Assim, a LDB explicita que todas as partes da comunidade escolar devem participar e contribuir na tomada de decisões que permeiam a escola, bem como nas atividades da gestão escolar. Nascimento et al. (2020) citam a experiência democrática na rede estadual de ensino cearense, em que os diretores das escolas públicas de ensino regular são eleitos por votação direta, o qual aos alunos, professores e responsáveis por estudantes menores de 16 anos são incumbidas a possibilidade de participação no pleito, em uma via de busca por efetivação democrática nos espaços escolares.

IV – Liberdade.

Freire (2002) enfatiza em seu discurso que “ensinar exige liberdade”. Liberdade em se apropriar do conhecimento, em pesquisar, na defesa dos direitos em face ao autoritarismo, com sabedoria e sensatez. Em razão disso, é preciso buscar uma formação que oportunize ao educando: aprimorar seu conhecimento sobre sua cultura e seus valores; desenvolver seu senso crítico; tornar-se capaz de interagir no meio sem imposição de forças externas e, principalmente, ser sujeitos da própria ação educativa.

O PPP pode contribuir na perspectiva libertadora, articulando limites e possibilidades acerca da liberdade em exercício na escola, experiência dos educadores, vivência coletiva, interpessoal, questões atinentes a aspectos relacionais entre gestores, docentes, funcionários e educandos que assumem responsabilidades na concepção construtiva do PPP e na sua implementação de acordo com o contexto social.

A liberdade deve ser entendida como algo que está associado ao desejo do aprendizado, ensino, pesquisa, cultura artística e o conhecimento, voltados para propósitos definidos de forma coletiva.

V - Valorização do magistério.

A melhoria da qualidade do ensino está intimamente ligada aos aspectos voltados a valorização dos profissionais da educação e incentivo à continuidade formativa ao longo da

trajetória profissional. Ambos surgem como ferramentas importantes no sentido de reconhecer e fortalecer o papel do processo ensino/aprendizagem, colocando o docente como mentor dessa mediação, garantindo-lhe aperfeiçoamento profissional e qualificação para o trabalho. Esse aperfeiçoamento influi diretamente na tarefa de formar cidadãos comprometidos socialmente.

Essa valorização é uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação e está, também, pontuada na LDB (9394/96)

Art.67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes [...] I – Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III – Piso salarial profissional; IV – Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação de desempenho. V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho; VI – Condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996).

Em virtude disso, a formação e valorização desses profissionais devem estar em consonância com a construção do PPP, considerando as experiências vivenciadas e os conhecimentos docentes, adquiridos por intermédio da sua prática pedagógica.

### **O PPP como alicerce para a construção de uma escola democrática**

Existem vários elementos que contribuem direta ou indiretamente para a construção e consolidação de uma escola democrática, tais como: formação de uma boa equipe de trabalho, promoção de ações de desenvolvimento profissional, engajamento dos estudantes em tomada de decisões, comprometimento dos pais/responsáveis na vivência escolar, efetivação de organismos colegiados, dentre outros.

No entanto, há que se considerar o PPP como o documento consolidador desse tipo de gestão, uma vez que o documento serve de referencial para guiar os trabalhos dos profissionais da educação, além de delinear todo o trabalho da instituição escolar, em aspectos relacionados a questões administrativas, pedagógicas e/ou didáticas.

A construção de um projeto político pedagógico deve ser específica e própria de cada instituição, haja vista que, não existem duas escolas iguais, cada uma é marcada por sua singularidade e diversidade de cenário e se desenvolvem a partir das necessidades do grupo a

que servem enquanto instituições sociais.

Libâneo (2004) defende a gestão democrática da escola como ação imprescindível a produção coletiva e participativa do seu projeto pedagógico, em um viés descritivo de características próprias, elaborado com a opinião crítica de todos que compõem a comunidade escolar, na premência de responsabilidade conjunta pelo alcance das metas e objetivos propostos.

Silva (2003, p. 298) complementa, afirmando que “eis o nosso desafio, recolocar o projeto político pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática”. Nessa perspectiva, o PPP deve atentar as particularidades da escola e do contexto que a circunda, sendo importante que se delineiem finalidades com o intuito de se chegar, realmente, a mobilização de forças vinculadas ao desejo de provocar mudanças qualitativas para que o PPP não se torne um documento transformador nas ideias, mas utópico na possibilidade de efetivação prática.

É nessa perspectiva que a escola deverá elaborar sua carta magna, com o objetivo de reconstruir e reorientar suas ações, pautando-se nas necessidades do contexto e dos estudantes com os quais interage cotidianamente, entendendo que o PPP deve ser vislumbrado como uma forma de situar-se em um cenário de oportunidades indispensáveis para que mudanças sejam efetuadas dentro e fora dos muros da escola.

Padilha (2017) explicita a experiência exitosa na construção do PPP, em cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, em que a elaboração do documento norteador era pautado na instituição de escolas cidadãs, embasadas nas premissas freireanas e que pressupunham a apreensão das relações entre as instituições, pessoas e profissionais envolvidos no processo educativo; o engajamento da comunidade escolar na gestão e a busca pelo envolvimento e mobilização social na construção de debates construtivos, objetivando a busca por soluções para os problemas das instituições escolares, configurando-se como instrumento dialógico e analítico/crítico da realidade, em uma perspectiva autônoma e emancipatória.

## **POSSÍVEL ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) configura-se como um documento normativo que objetiva orientar a elaboração do currículo escolar ao longo das etapas e modalidades da educação básica, englobando educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A BNCC define as competências e habilidades a serem trabalhadas no processo de ensino, de forma a garantir a efetivação da aprendizagem discente.

Nesse aspecto, na construção do PPP de qualquer instituição escolar, deve-se atentar para a sua equidade com os princípios normativos e orientadores contidos na BNCC, em uma perspectiva de adequação a legislação educacional contemporânea, de forma que as ações e estratégias sejam elaboradas de forma planejada e direcionadas as reais necessidades dos educandos e do ambiente em que a escola está inserida.

Assim, o planejamento torna-se uma experiência vital para que nele estejam evidenciadas todas as transformações, avanços e mudanças envolvendo o processo educativo a que a instituição almeja alcançar; compartilhando essa responsabilidade com todos os envolvidos no sistema educacional. Vale ressaltar que, faz-se necessário que esse planejar resulte em uma visão de escola que tem autonomia para decidir que caminho seguir, que identidade deseja construir, que concepções deseja desenvolver frente aos sujeitos que almeja formar e transformar.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) sugerem que tomada de decisões em virtude do PPP ponderem, pelo menos, os aspectos a seguir:

- a) Princípios – É importante que professores, gestão e comunidade escolar estabeleçam um acordo sobre a função social, política e pedagógica da instituição escolar.
- b) Objetivos – Expressar as intenções concretas com base em diagnósticos prévios. Esboçar um retrato fiel da situação, da problemática atinente aos processos de ensino e aprendizagem, dos anseios e necessidades pessoais e sociais dos estudantes concernentes à sua escolarização.
- c) Sistema e prática de gestão negociada – Requer a tomada de decisões coletivas sobre questões relativas as maneiras de organização e de gestão da instituição escolar.
- d) Unidade teórico-metodológica no trabalho didático-pedagógico - Consiste em definir objetivos comuns. É relevante que a instituição escolar esteja em concordância nas questões relativas a construção curricular e questões didático-pedagógicas, na perspectiva de trabalho com a interdisciplinaridade.
- e) Sistema explícito e transparente de acompanhamento e de avaliação do projeto e das



atividades da escola - Acompanhar e avaliar, evidenciando os entraves advindos da implantação e realização das ações contidas no projeto e do planejamento do ensino, contrapondo o que foi determinado e o que está sendo desenvolvido na prática.

Por conseguinte, ainda baseados em Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), segue-se um roteiro pelo qual as escolas podem se orientar para a elaboração de seu Projeto político pedagógico.

### I – Contextualização e caracterização da escola.

Nesse tópico incluem-se aspectos culturais, geográficos, econômicos e sociais do ambiente em que a instituição escolar está inserida. Questões sobre bens materiais e físicos que a instituição possui, como se dá a participação e a visão que todos que compõem a comunidade (alunos, pais, professores) têm da escola. Além de apresentar características sobre recursos humanos e um histórico sucinto da instituição escolar, por exemplo: como ela surgiu, seu funcionamento, como é administrada, como se dá a participação de todos os envolvidos.

Essas informações se tornam relevantes na medida em que propiciam condições exequíveis de avaliação da conjuntura existente e apontam caminhos possíveis e viáveis para planejar e delinear estratégias para a produção cooperativa desse importante documento.

### II - Concepção de educação e de práticas escolares.

Nesse item expressa-se um debate coletivo acerca do pensamento e conceituação de escola, os princípios orientadores da ação pedagógico-didática e o perfil de formação dos estudantes. Neste ponto, também, apresenta-se o resultado consensual acerca de questões educacionais e o currículo escolar, embasado em orientações dos documentos legislatórios e em premências sociais, bem como as especificidades dos indivíduos que integram a escola no que concerne a princípios morais e éticos, propósitos, crenças, entre outros.

### III - Diagnóstico da situação atual.

Nesse momento, é importante e necessário elencar as problemáticas da escola, desde aquelas implícitas e urgentes até as que estão explícitas no cotidiano escolar. Concerne, portanto, em fazer uma descrição minuciosa da escola, ouvindo o maior número possível de pessoas. Esse diagnóstico pode ser dividido em subitens, tais como a verificação e reconhecimento dos problemas, determinar o que é mais prioritário para o momento, definição de potenciais caminhos para superação dos entraves, soluções viáveis e práticas.

#### IV - Objetivos gerais.

Segue, aqui, a apresentação das ações possíveis de serem realizadas em busca da escola democrática e contribuinte na formação cidadã dos educandos. São definidos os compromissos e determinam o rumo a ser seguido a longo prazo.

É importante destacar que todos precisam estar conscientes de que os possíveis caminhos a serem seguidos na busca pela melhoria escolar dependem de condições reais como ambientes físicos da escola, questão financeira, recursos humanos e materiais, empenho e cooperação de toda a comunidade escolar, dentre outros.

#### V - Estrutura de organização e de gestão.

Nesse tópico, faz-se uma breve exposição da organização estrutural sobre funcionamento, compromissos e atribuições na busca pela dinamização do processo gestor de uma instituição escolar. São apresentados, também, os aspectos financeiros, administrativos e organizacionais.

#### VI - Proposta curricular.

É onde serão definidos o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e para que deve ser ensinado. Diante disso, é importante que a escola identifique as estratégias e ações a serem planejadas e executadas para desenvolver um currículo que atenda aos princípios legislatórios educacionais, contemplando o enfoque em habilidades e competências a serem desenvolvidas no âmbito do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Atenta-se, no

contexto contemporâneo, para a equidade com princípios estabelecidos pela BNCC (BRASIL, 2017), princípio legislativo que expõe o conjunto de assuntos e ideias a serem trabalhados em diferentes níveis e modalidades da educação básica.

#### VII - Proposta de formação continuada.

A formação continuada configura-se como uma ação de busca por incentivo à continuidade formativa ao longo da vida profissional. Configura-se no estabelecimento de estratégias formativas que possam contribuir na melhoria do planejamento e execução das aulas, com foco na qualidade do ensino. Desta forma, qualificação e capacitação devem estar elencadas no PPP da instituição como sinônimo de melhoria da prática docente, aprimorando competências e habilidades perante os desafios políticos, sociais, pedagógicos e didáticos que devem fazer parte de uma contínua dinâmica de construção do desenvolvimento profissional.

#### VIII - Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica.

É importante que todos se sintam parte do processo e estejam dispostos a colaborar voluntariamente. Esse envolvimento pode acontecer por meio de reuniões, atividades culturais e esportivas, entre outros. O envolvimento e participação coletiva pode auxiliar no esforço de busca por concretização dos pressupostos descritos no projeto e não apenas a sua idealização.

#### IX - Formas de avaliação do projeto.

A avaliação permanente faz-se necessária, uma vez que, é uma garantia de acompanhamento contínuo das atividades previstas, momento para ser analisado e averiguado se os propósitos estão sendo atingidos. É o tempo de ajustes, de executar possíveis mudanças, proporcionando a reavaliação dos objetivos, da caminhada, com vistas ao prosseguimento da ação educativa.

Os tópicos apontados acima configuram-se como um roteiro para a construção da proposta. No entanto, é imprescindível acrescentar que o texto do PPP deve ser um retrato fiel

da instituição e a marca de sua forma de elaboração. Desse modo, Libâneo (2004) afirma que a instituição escolar que consegue planejar, construir e concretizar de forma coletiva sua proposta curricular evidencia o envolvimento da sua equipe, do crescimento pessoal e/ou profissional, da capacidade de liderança da direção, do bom nível de desenvolvimento profissional de seus professores e do comprometimento da comunidade escolar.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do trabalho, refletimos sobre a gestão democrática da escola pública e evidenciamos o projeto político pedagógico enquanto sinônimo e espelho deste tipo de gestão, seu papel diante do processo de ensino e aprendizagem e sua importância no contexto escolar. Pensou-se, também, o PPP como ponto de partida para o planejamento e construção de ações educativas, alinhadas ao currículo, que visem à formação de cidadãos plenos, a partir do aperfeiçoamento/aprimoramento de habilidades, capacidades, atitudes e valores desenvolvidos dentro das escolas e que são reproduzidos nas relações sociais e na convivência com o outro.

Enfatizamos a concepção e produção coletiva do projeto, na perspectiva de envolver toda a comunidade e fazê-la refletir sobre o quanto se torna necessário e imprescindível tornar-se parte desse processo, enquanto sujeito consciente e responsável por tomar para si um desafio que busca o novo e que esse novo possa trazer de retorno uma educação inclusiva, democrática, cidadã e, acima de tudo, de qualidade.

Diante do exposto, espera-se que os atores do processo educativo, sejam capazes de responder a principal questão e o principal ponto a se discutir dentro do projeto: Que escola temos e que escola queremos? Como melhorar a qualidade do ensino e tornar a escola atrativa para todos? Que estas questões surjam para que se busque suas respostas e a escola seja capaz de agir concretamente na elaboração e execução do documento. Que esta possa retratar fielmente a realidade a qual está a serviço, torne seus membros ativos, participantes, colaboradores e corresponsáveis na busca por uma educação de melhor qualidade, em que a escola se configure como espaço efetivo e democrático de inserção e promoção social, em uma educação voltada para o exercício da cidadania e emancipação humana.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Lei n.13.005**, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 26 de junho de 2014. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em 25 abr. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em 25 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL/MEC. **Lei 9.394**, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 26 de dezembro de 1996. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 25 abr. 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Século XXI Escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; RIOLFI, Cláudia Rosa; GARCIA, Maria de Fátima (Org.). **Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 61-88.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, mai. 2007. p. 37-45. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802007000300004/5742>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

NASCIMENTO, Francisco Jeovane do et al. Formação continuada de gestores escolares e suas reverberações no processo de desenvolvimento profissional. **Revista e-Curriculum**, São

Paulo, v. 18, n. 1, mar. 2020, p. 307-326. Disponível em:  
<<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/42009/31722>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico**: Como construir o projeto político pedagógico das escolas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar** - histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2 ed. Chapecó/SC: Argos, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teoria da educação; curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Maria Abadia. Do projeto político do Banco Mundial: ao projeto político pedagógico da escola pública brasileira, **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, dez. 2003. p. 283-301. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a03v2361.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. Campinas/SP: Papirus, 2002.

## **THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT AS A GUIDING PRINCIPLE FOR SCHOOL PRACTICES**

### **ABSTRACT**

This study aims highlight the importance of consolidating the actions contained in the Political Pedagogical Project (PPP) for the better development of school activities, with the goal training of critical and reflective citizens, thus contributing to the changes in the social environment. The study is coupled in the qualitative approach, through bibliographic research, with authors who show a dialogical position and point out possible paths for the PPP construction, which is more than a simple document, and should be included as actions to be put into practices by the agents that integrate the school environment, aiming at the permanent quality of education, since the main PPP focus should be teaching and learning. The collective construction of the project is emphasized, in the sense of involving the whole community and making it reflect on how much it becomes necessary and indispensable to become part of this process, as a conscious and responsible subject for taking on itself a challenge that seeks to make society a more egalitarian space, promoting an inclusive, democratic, citizen and, above all, quality education.

**Keywords:** Collective participation. Pedagogical Political Project. Teaching learning.

## **EL PROYECTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO PRINCIPIO GUÍA PARA LAS PRÁCTICAS ESCOLARES**

### **RESUMEN**

El presente trabajo objetiva evidenciar la importancia de la construcción y consolidación de las acciones contenidas en el Proyecto Pedagógico (PPP) para un mejor desarrollo de las actividades escolares, por tener como meta la formación de los ciudadanos críticos y reflexivos, contribuyendo, de ese modo, con las transformaciones sociales. El estudio está anclado en la abordaje cualitativa, por intermedio de la pesquisa bibliográfica, basado en autores que presentan un posicionamiento dialógico y apuntan caminos posibles para la construcción del PPP, siendo que éste va más allá de un sencillo documento, y debe incluir las acciones a ser colocados en práctica por los agentes que componen el entorno escolar, con el objetivo de la calidad de la educación permanente, ya que el enfoque principal del PPP debe ser la enseñanza y el aprendizaje. Hacemos la construcción colectiva del proyecto, en el sentido de involucrar toda la comunidad y hacerla reflejar sobre cuánto se hace necesario y esencial para formar parte de este proceso, como un sujeto consciente y responsable para asumir un desafío que busca hacer en la sociedad un espacio más igualitario, promoviendo una educación inclusiva, democrática, ciudadana y, sobre todo, de calidad.

**Palavras chave:** Participación colectiva. Proyecto Político Pedagógico. Enseñanza-aprendizaje.

---

Submetido em: maio de 2020.

Aprovado em: junho de 2020.

Publicado em: julho de 2020.